



A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PARA O BANCO MUNDIAL: A ÊNFASE NA “SATISFAÇÃO DAS NECESSIDADES BÁSICAS” PARA O ALÍVIO DA POBREZA E SUA RELAÇÃO COM AS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL¹

Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno² - UNIOESTE

Ireni Marilene Zago Figueiredo³ - UNIOESTE

Agência Financiadora: CAPES

Resumo: O presente artigo tem por objetivo tratar da concepção de educação e de desenvolvimento para o Banco Mundial buscando resgatar, no seu percurso histórico, a sua preocupação com a educação como meio promover o alívio da pobreza e o desenvolvimento econômico e social. Essa preocupação justificou maciços esforços para aumentar o *capital humano* dos pobres fornecendo-lhes, assim, as possibilidades de inserção no mercado de trabalho. Atribuindo à pobreza como causa das mazelas sociais, o Banco Mundial passou a atuar de forma mais central no setor das políticas educacionais, sustentando o discurso de investimento nas *necessidades básicas* da população desfavorecida e, em particular, para as crianças entre 0 a 6 anos de idade, cuja argumentação é a de que estas serão mais favorecidas em relação às que não frequentaram este nível de ensino.

Palavras-chave: Educação Infantil - Brasil; Política educacional - Brasil; Banco Mundial; Alívio da pobreza.

O Banco Mundial é uma Organização⁴ Internacional composta de cinco Organismos: BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, AID - Associação Internacional de Desenvolvimento⁵, IFC - Cooperação Financeira Internacional, MIGA -

¹ Este artigo contempla parte das reflexões sistematizadas para a dissertação de mestrado intitulada “As proposições do Banco Mundial para as políticas de Educação Infantil no Brasil (1990-2010)”.

² Mestranda do PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação: UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais e Sociais - GEPPES. E-mail: cristianeapbueno@yahoo.com.br.

³ Doutora em Educação. Docente do Colegiado do Curso de Pedagogia e do Mestrado em Educação da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* de Cascavel - PR. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social – GEPPES. E-mail: irenifigueiredo@unioeste.br.

⁴ As Organizações Internacionais tem sua criação no contexto do pós-guerra mundial, com o intuito de por meio da cooperação internacional, resguardar a convivência pacífica da comunidade internacional. Desenvolvem atividades no campo internacional e possuem autonomia sobre sua administração, possuindo orçamento próprio (MARQUEZ, 2006, p. 27-29).

⁵ Segundo Marquez (2006, p. 49, grifo do autor) “A AID é a principal fonte mundial de assistência financeira concessional para os países mais pobres do mundo e investe em projetos de desenvolvimento econômico e humano, sob forma de créditos, com juros a taxa zero. Os países beneficiados pela AID são elegíveis por sua falta de capacidade de solvência perante os recursos do BIRD e pelo nível de pobreza do país, avaliado pela renda *per capita*”.

Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e ICSID - Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos, que desempenham funções diferentes e complementares no intuito de aliviar a pobreza e promover o desenvolvimento (MARQUEZ, 2006, p. 35).

A partir da *Conferência Monetária e Financeira Internacional das Nações Unidas e Associadas*, conhecida como *Conferência de Bretton Woods*, a qual teve a finalidade estruturar a ordem econômica internacional do pós-guerra, John Maynard Keynes, definiu a necessidade de um banco que estivesse voltado para a reconstrução e o desenvolvimento dos países do sul (MARQUEZ, 2006, p. 38). Portanto, os acordos estabelecidos em *Bretton Woods* possibilitaram a criação do BIRD e do FMI – Fundo Monetário Internacional. A partir de 1949 o Banco Mundial passou a

[...] trabalhar com a idéia de ‘projetos-orientados’ voltados para a infraestrutura. O controle dos empréstimos passaria a ser feito conforme metodologia específica, modificando as burocracias dos países tomadores [...]. Em outros termos, a nova orientação instituiu o conceito chave de condicionalidade econômica (LEHER, 1998, p. 108, grifo do autor).

As condicionalidades seriam direcionadas pelo financiador - Banco Mundial - que também forneceria aporte quanto à assessoria técnica e financeira. Evidenciou-se, assim, uma estratégia política focalizada nos projetos de infra-estrutura tendo como objetivo alavancar o desenvolvimento econômico e social. Portanto, o Banco Mundial até a década de 1960 concentrava-se na meta de promover o crescimento econômico para o desenvolvimento⁶ das nações. Assim, até a década de 1960, a educação e a saúde eram secundárias para este Organismo. A situação começou a mudar a partir da década de 1970 com George D. Woods (1963-1968) e definitivamente, na gestão de Robert S. McNamara (1968-1981) (LEHER, 1998, p. 202). O Banco Mundial passou a ampliar os investimentos em projetos para o setor social, destacando-se o setor educacional, a saúde e o desenvolvimento agrícola, considerados de suma importância. A esse respeito Marquez (2006, p. 68) destaca que, a ênfase direcionada

⁶ Longe de representar um fato econômico inexorável, regido exclusivamente por leis econômicas “[...] o desenvolvimento é antes uma ideologia produzida num contexto determinado: o pós-Segunda Guerra, enquanto afirmação da hegemonia econômica e política dos EUA, e do deslocamento da guerra fria para os países do chamado Terceiro Mundo. A ideologia do desenvolvimento tem como determinante a pujança econômica do EUA, sobretudo como ideologia política, expressando relações sociais que ultrapassam as fronteiras nacionais. Esta ideologia condensa relações de domínio da potência hegemônica sobre frações aliadas nos países industrializados avançados e, principalmente, sobre os agora denominados “países em desenvolvimento” (LEHER, 1998, p. 50, grifo do autor).

ao setor social relacionava-se com a diretriz: educação e saúde, de forma a possibilitar condições prévias para impulsionar a produtividade da população pobre.

A mudança na orientação política do Banco Mundial deveu-se, portanto, à focalização para a população pobre, ressaltando que para McNamara o alívio da pobreza era fundamental para a segurança nacional. As preocupações passaram a centrar-se nesta problemática, já que a pobreza era considerada uma ameaça à economia das nações desenvolvidas. Leher (1998, p. 118) evidencia, como a preocupação com a pobreza era central para McNamara, o qual acreditava que “A indiferença com os pobres [...] poderia produzir resultados [...] trágicos [...] em outras palavras que o pobre era propenso ao comunismo”. Nesse sentido, o termo *focalização*, utilizado pelo Banco Mundial, centrou-se em direcionar as políticas sociais para o atendimento às *necessidades básicas* da população carente, no intuito de contribuir com o alívio da pobreza. Desta forma podemos afirmar que

[...] a focalização de políticas é o contraponto político, econômico, fiscal e ideológico às políticas sociais universais implementadas, seja pelos Estados centrais ou periféricos, e justificadas como políticas que caminham na direção da superação do que consideram um Estado em crise, ineficiente e não flexível às exigências do *mundo moderno e globalizado* (DEITOS, 2005, p. 178, grifos do autor).

Para o Banco Mundial investir nas *necessidades básicas*, permitiria mobilidade e controle político e ideológico das camadas pobres, prevenindo situações sociais que viessem a interferir na organização social, e que pudessem vir a abalar o sistema capitalista. Ao mostrar tamanho interesse de investimento em setores sociais que atuassem diretamente na vida dos sujeitos, o Banco Mundial denotou que, as estratégias desenvolvidas até os anos de 1960, e que apresentaram como principal meta o desenvolvimento econômico e social dos países, não foram suficientes para a solidificação do poder do capitalismo. Neste caso, o Banco Mundial adotou a estratégia político-ideológica de aliar a preocupação com o desenvolvimento econômico e social com as *necessidades básicas* humanas, o que veio a proporcionar uma interferência direta nas políticas dos países em desenvolvimento.

Passou-se a delegar a educação e a saúde como instrumentos fundamentais para o alívio da pobreza e para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. A pobreza tornou-se o elemento principal e foco de ações, e, nesta direção, a melhor forma de reforçar o processo seria estimular a produtividade. Diante da preocupação com a pobreza e das novas condicionalidades traçadas, o Banco Mundial redefiniu as formas de financiamento. Os

projetos de empréstimos transformaram-se⁷ em multi-projetos que culminaram em programas integrados, dotados de componentes e interações complexas, organizados em áreas setoriais, sendo a educação uma delas. “É neste contexto que o Banco passa a atuar, de fato na Educação” (LEHER, 1998, p. 122).

A priori o Banco Mundial financiava programas de interesse próprio dos países que efetuassem os empréstimos, porém na prática os programas se mostraram de interesse próprio em sua organização, sua destinação e seu conteúdo (LEHER, 1998, p. 121). Garantir as *necessidades básicas*, em particular para a educação, com a aquisição de novos conhecimento/habilidades, e para a saúde, com condições mínimas para ser manter saudável, promoveria não só estabilidade social, mas impulsionaria a participação da população socialmente vulnerável no desenvolvimento. Diante desta nova conjuntura o Banco Mundial direcionou algumas mudanças para o setor educacional dos países mutuários. Tal procedimento possibilitou a imposição de condicionalidades e a alteração direta nas políticas dos países em desenvolvimento. O alívio da pobreza configurou-se como a principal meta de atuação do Banco Mundial, e princípios como equidade e eficiência foram propostos para os ajustes setoriais, os quais deveriam se centrar nos setores públicos, adotando modelos gerenciais orientados pelo Banco (FONSECA, 1997, p. 47-48).

Para o Banco Mundial as reformas estruturais no setor econômico promoveriam a estabilidade econômica, protegendo os pobres das flutuações de renda ocorridas no passado. Nesta direção, segundo o Banco Mundial “*Se houver um grande empenho no sentido de melhorar a educação, haverá também uma redução significativa da pobreza [...] especialmente se for possível melhorar a focalização dos recursos*” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 11, grifos no original). Configurou-se, dessa forma, a educação como instrumento de alívio da pobreza, permitindo ao Banco a atuação política no sentido de monitorar os ajustes estruturais e setoriais a fim de compactuar com o “[...] globalismo econômico e comercial” (FONSECA, 1997, p. 47).

O discurso do Banco Mundial, de caráter humanitário e de justiça social, com foco nos grupos socialmente vulneráveis, remete ao entendimento de que tal preocupação precede a quaisquer outros objetivos. Todavia, evidenciou-se a preocupação deste Organismo Internacional com a estabilidade econômica, a redução de gastos públicos e apoio ao setor

⁷ Segundo Leher (1998, p.122), apesar da mudança no modo operacional, não se excluiu os antigos projetos, por serem “[...] compreendidos como parte operacional dos programas, com ações de médio prazo e de caráter mais abrangente”.

privado. Evidencia-se para o Banco Mundial uma “[...] feição mais marcadamente ideológica, centrada nas conexões pobreza-segurança-domínio/direção” (LEHER, 1998, p. 203).

Pode-se afirmar que o Banco Mundial, ao atribuir a educação como instrumento de ascensão social e nacional propõe políticas sociais focalizadas e sujeitos preparados para contribuir com as demandas do mercado de trabalho nos quesitos da produtividade e do consumo. Para aliviar a pobreza, reduzir as desigualdades sociais e promover o desenvolvimento econômico dos países mutuários o Banco Mundial atuou “[...] por meio de empréstimos, assessoramento às políticas, assistência técnica e serviços de intercâmbio de conhecimento” (MARQUEZ, 2006, p. 37) expandindo, dessa forma, a sua área de alcance.

Nesta direção, para o Banco Mundial direcionar esforços para o atendimento do grupo socialmente vulnerável, poderia ser traduzido pelo investimento em políticas focalizadas que atendessem às necessidades mínimas dos sujeitos em situação de pobreza. Incentivos sociais como a educação e a saúde básicas, segundo o Banco Mundial são suficientes para aliviar a pobreza, já que “[...] ajudam a fortalecer o capital humano dos pobres e aumenta sua renda” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 7-16). A defesa em valorizar o *capital humano*, por parte do Banco Mundial, teve como objetivo aumentar a produtividade dos mais pobres, visando incluí-los no sistema econômico, no mercado de consumo e influir sobre sua conduta política. Sendo assim, para o Banco Mundial “Os recursos dos pobres ficariam mais valorizados mediante uma melhoria na educação, na saúde, nos serviços físicos e urbanos, e no capital físico (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 12), pois, assim a classe socialmente vulnerável poderia aproveitar melhor as oportunidades econômicas.

A preocupação do Banco Mundial com ações que promovam o alívio da pobreza está em articular a educação e produtividade futura. Portanto, a qualificação por meio da educação é imprescindível para a inserção do sujeito no mercado de trabalho. Evidencia-se desta forma o caráter compensatório da educação. Não se pode considerar o “[...] investimento social como um mecanismo para conseguir maior igualdade de oportunidades; é preciso garantir sua efetividade para modificar a vida e as expectativas da população” (CORAGGIO, 2007, p. 91). Segundo Fonseca (1997, p. 48) os setores sociais da saúde e de educação possibilitam “[...] condições prévias para a produtividade dessas populações, especialmente em trabalhos por conta própria”, ou seja, subjacente à concepção de educação expressa pelo Banco Mundial, investir no *capital humano*, é considerar que a educação e saúde básicas, proporcionariam maiores condições de produção (CORAGGIO, 2007, p. 91-92). É possível afirmar que a teoria do *capital humano* se constituiu como diretriz nas proposições do Banco Mundial e das políticas advindas deste Organismo Internacional. Desvela-se, desta forma, uma concepção

educacional ideológica pautada na teoria do *capital humano*, com o fim de preparar os sujeitos para “[...] adquirir conhecimento, comportamento, atitudes, valores e habilidades; responder às novas oportunidades; ajustar-se às mudanças sociais, culturais e participar em atividades políticas” (MONLEVADE; ABÁDIA, 2000, p. 78).

A educação passou a ser concebida como condição de alívio da pobreza, de reduzir as desigualdades sociais e de impulsionar o desenvolvimento. Investir no *capital humano* dos pobres é considerado pelo Banco Mundial como fundamental para elevar a economia do país. Tal estratégia político-ideológica evidencia-se nos documentos do Banco Mundial que definem os rumos educacionais nacionais e internacionais.

As proposições do Banco Mundial acerca das reformas implementadas caracterizam-se como “[...] justificativas na necessidade de rever os entraves, os fatores de ineficiência que estariam impedindo a reprodução eficaz do modo capitalista de produção” (ZANARDINI, 2007, p. 246). Nesta direção, o Estado atua como articulador responsável pela elaboração e implementação de políticas, cuja intervenção por meio das políticas sociais, em particular a educacional, mostra-se como uma medida salutar.

O documento do Banco Mundial: *Brasil - Documento de País*⁸ (2000), expressa uma análise das proposições implementadas por meio das reformas setoriais no Brasil, no período de 2000 a 2003, e identifica cinco desafios para promover o desenvolvimento sócio-econômico do país: Voltar a ter crescimento econômico, em condições de equidade social; Reformar o setor público; Melhorar a competitividade; Focalização nos problemas sociais, e em particular a pobreza e revitalizar a integração regional (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 3). Para tanto, o documento apresenta as proposições definidas para a resolução da problemática citada, explicitando que o objetivo é “[...] cooperar com o Governo em seus esforços para *crescer num contexto de estabilidade e reduzir as desigualdades e a pobreza*” (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 3, grifo no original). Para tanto delega como condicionalidades:

⁸ Este documento refere-se às orientações do Banco Mundial por meio do PPA - Plano Plurianual “Avança Brasil” (2000-2003), apresentado como “[...] um novo conceito de programa, segundo o qual as ações e os recursos do Governo são organizados de acordo com os objetivos a serem atingidos. Coerente com o Plano de Estabilização Fiscal, a quantificação dos programas e suas ações foi baseada na previsão de recursos fiscais para o período. O programa de governo aprovado pela população nas eleições de 1998 serviu como orientação estratégica e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento balizaram a organização espacial das ações e a seleção de empreendimentos estruturantes, que aportam ao Plano Plurianual a dimensão de um projeto de desenvolvimento nacional. O Governo também adotou um modelo gerencial voltado para a obtenção de resultados concretos, medidos pelo seus efeitos na sociedade” Disponível em <<http://www.abrasil.gov.br/anexos/anexos2/index.htm>> Acesso em: 05 abr. 2011. É importante registrar que a intenção deste documento além de analisar o programa, é definir condicionalidades futuras.

- Promover e aprofundar a *reforma e modernização do Estado* no âmbito federal, estadual e municipal;
- Apoiar os esforços para melhorar a *competitividade e acesso ao mercado* da produção brasileira, promovendo a iniciativa de redução do Custo Brasil e o processo de modernização econômica, por meio do fortalecimento do sistema financeiro, apoio às micro, pequenas e médias empresas, a reabilitação da infra-estrutura básica, a integração e o desenvolvimento turístico;
- Apoiar os esforços para reduzir as *desigualdades sociais e a pobreza priorizando os setores de educação e saúde, incluindo intervenções para melhorar a eficiência do gasto social e apoiar a descentralização dos serviços sociais, formando parcerias com a comunidade e a sociedade civil;* e
- Atender os problemas de manejo ambiental e recursos naturais com ênfase na proteção de ecossistemas vulneráveis (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 4, grifos no original).

Destacamos, no documento *Brasil - Documento de País (2000)*, o terceiro ponto de ação, por explicitar que o setor educacional e o setor de saúde devem ser priorizados, sendo considerados estratégicos para a redução das desigualdades sociais e alívio da pobreza. Outro elemento a se considerar é o fato de que o Banco Mundial define a focalização de esforços no sentido de reduzir gastos sociais para com os setores sociais, descentralizando a obrigatoriedade do atendimento no setor social da esfera estatal, remetendo-a para a sociedade civil. Para tanto, o Banco Mundial indica que o Brasil deva “centrar esforços” nas áreas da educação e saúde básicas, ou seja, nas *necessidades básicas*, a fim de contribuir com a redução da desigualdade social e o alívio da pobreza. Assim, o Banco Mundial sustenta as argumentações que objetivam a redução das desigualdades sociais e o alívio da pobreza, sendo a educação a primeira enfatizada na seção *II. Objetivos e Estratégias*, no item “*c. Redução das desigualdades sociais e da pobreza*” explicitando que

O melhoramento dos níveis educativos é visto como condição fundamental para obter os níveis de produtividade e competitividade [...] e como ferramenta principal para melhorar a distribuição da renda e reduzir a pobreza a médio e longo prazo (BANCO MUNDIAL, 2000, p. 24. grifo no original).

O Banco Mundial propôs, ainda, que para alcançar a equidade social, torna-se prioritário e estratégico direcionar esforços para a focalização e eficiência do gasto social de forma a direcionar melhor os gastos públicos para a população socialmente vulnerável. A implantação de programas focalizados de proteção social e a implantação de reformas nos setores da educação, da saúde, da assistência social e do desenvolvimento urbano e industrial,

fazem parte das proposições para o alívio da pobreza brasileira que, segundo o Banco Mundial, contribuirá para melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Zanardini (2008, p. 183) nos indica que a relação entre pobreza e educação se faz constante nos documentos do Banco Mundial, sendo suas prescrições focalizadas para a redução da pobreza. Assim utiliza-se de um discurso ideológico de que a educação dota a população socialmente vulnerável de condições de produtividade que contribuem para o alívio da situação de pobreza. O fato de o Banco Mundial sustentar este discurso indica que “[...] seu papel ideológico, as ‘novas’ apostas em capital humano e no campo educacional são justificadas pela idéia de que investir neste ‘ramo’ é fundamental [...]” (ZANARNIDI, 2006, p. 85, grifos do autor).

Os documentos provenientes do Banco Mundial demonstram que, por intermédio da educação, a pobreza pode ser aliviada. O *Relatório nº 20475 Combate à Pobreza no Brasil: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas Políticas Voltadas para a Redução da Pobreza Urbana – Volume I (2001)* indica a importância de “Novos investimentos e reformas educacionais que se concentram na primeira infância e na educação primária em áreas e comunidades pobres” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 18) por entender a educação como responsável por oportunidades futuras, tanto no progresso escolar, quanto no progresso pessoal. Constata-se, dessa forma, a teoria do *capital humano*, uma vez que

[...] as justificativas para os investimentos na educação da infância são fortemente condicionados pela perspectiva do desenvolvimento de recursos humanos, tendo em vista a capacidade produtiva futura e a possibilidade de gerar uma distribuição mais equitativa (CAMPOS, 2008, p. 122).

O Relatório do Banco Mundial 20475-BR *Combate à Pobreza no Brasil (2001)* sustenta que

A pobreza está estreitamente associada a baixos níveis de escolaridade: 73% dos domicílios pobres têm como chefe de família indivíduos com no máximo 4 anos de escolaridade. *É a desigualdade educacional, mais do que a segmentação ou a discriminação no mercado de trabalho, que explica a maior parcela da desigualdade de renda no Brasil* (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 8, grifo nosso).

O Banco Mundial se preocupa com o fato de que a pobreza pode oferecer riscos⁹ à estabilidade política (LEHER, 1998, p. 175-177) do país, assim, não se prioriza a educação como intervenção pedagógica, mas atribui-se a educação como ato de intervenção política de contenção da pobreza (CAMPOS, 2008, p. 31). De acordo com Deitos (2010, p. 215), o receituário do Banco Mundial no atual contexto continua a priorizar ações focalizadas para o alívio da pobreza com prioridade para a Educação Básica, em especial, o Ensino Fundamental. Neste sentido, proposições que promovam o desenvolvimento econômico e social devem ser direcionadas a fim de aliviar a pobreza extrema. No que tange às crianças de 0 a 6 anos de idade, o Banco Mundial direciona investimentos para a educação da infância com vistas à sua produtividade e capacidade de gerar renda no futuro, bem como de sua inserção no mercado de trabalho quando adulto.

O Banco Mundial atribuiu a pobreza como causa pela estagnação do processo de desenvolvimento, e falta de acesso à educação como responsável pela perpetuação da pobreza. Atribuiu também a falta de governabilidade¹⁰ dos setores públicos como condição de entraves ao desenvolvimento, recomendando a descentralização das responsabilidades do Estado para os governos locais, compactuando na implementação de políticas focalizadas para os setores sociais, dentre estes, o setor educacional.

Para o Banco Mundial, o investimento em educação está pautado no viés ideológico de que a educação permitirá ascensão social. Estende tal discurso para a educação da infância, atribuindo benefícios para esta faixa etária, que se restringem a: progressão escolar e produtividade futura e, conseqüentemente, ao consumo futuro, fundamentando-se na idéia de compensação e atribuindo a necessidade de desempenho futuro como de suma importância para aliviar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais. Portanto, para o Banco Mundial “[...] a educação precoce beneficia a sociedade tanto quanto beneficia a cada indivíduo” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 9). As perspectivas para a infância, apontadas nos documentos do Banco Mundial, evidenciam que “[...] serviços de desenvolvimento da primeira infância pode ser uma forte arma contra a pobreza ao construir o capital humano, um dos melhores

⁹ Instituições como sindicatos e associações e movimentos organizados poderiam acarretar entraves aos ajustes. Outro fator seria o crescimento da pobreza já que no Brasil há “[...] 50% de uma população de 192.847 milhões de pessoas em situação de pobreza [...]” (DEITOS, 2010, p. 217).

¹⁰ Leher (1998, p. 172-173, grifo do autor) nos chama a atenção para o fato de que o Banco Mundial “[...] afirma que as tensões entre o ajuste e a pobreza/exclusão, devem ser manejadas, em nome da boa governabilidade, em um sistema democrático. Assim, as reformas da legislação do trabalho, previdência, etc., devem ser encaminhadas como se resultassem de um consenso da maioria [...] em suma, a governabilidade está associada à capacidade do governo conduzir, nos termos definidos, o ajuste estrutural [...] A sua orientação em favor do mercado assume feição altamente técnica: já é um truísmo dizer que as economias reguladas pelo mercado são mais bem sucedidas do que as economias em que ocorre a intervenção do Estado. Nestes termos, o governo dotado de boa governabilidade é o que compreende isto e não ‘briga com os fatos’”.

investimentos que um país pode fazer em seu desenvolvimento” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. viii). Nesta direção “Para o Banco, o objetivo da infância é torna-se um adulto plenamente produtivo, o ‘capital humano’ do futuro” (PENN, 2002, p. 13, grifo do autor).

Daí a preocupação do Banco Mundial com proposições para a educação na infância. O setor educacional destinado a este público começa a exigir maior atenção por parte deste Organismo Internacional que afirma haver “[...] impacto da pré-escola sobre os resultados educacionais gerais da criança, sobre seu futuro emprego e ganhos no mercado de trabalho [...]” e que “[...] um ano de pré-escola resulta em um aumento de 2% a 6% nos ganhos futuros” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 9). Para o Banco Mundial, frequentar a Educação Infantil ocasiona aumento de renda no futuro e este seria dentre outros¹¹, um importante benefício. Evidencia-se, desta forma, o caráter mercadológico para a Educação Infantil, no sentido de preparação e inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, que tem no fator repetência um obstáculo, visto que tal fato leva a adiar a entrada do sujeito no mercado de trabalho (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 15).

No Capítulo I, do *Relatório 22841-BR (2001)*, o Banco Mundial apresenta “As distorções¹² de desenvolvimento no Brasil e o desenvolvimento da primeira infância”. Afirma que tais distorções podem ser melhoradas por meio de intervenções direcionadas. Destacamos, dentre outras, a primeira causa considerada responsável pelas distorções: o *déficit* educacional de cada sujeito que, para o Banco Mundial, limita “[...] severamente a capacidade de construção do capital humano” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 1). Tal fato para o Banco Mundial “[...] Além de diminuir a competitividade do Brasil no mercado externo, a desigualdade na educação cria um hiato entre cidadãos ricos e pobres que perpetua a pobreza” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 1).

A educação das crianças, segundo o Banco Mundial, poderia atuar de forma positiva na sociedade, não só para a garantia de sua sobrevivência, inserindo-os no mercado de trabalho, mas como redentora das mazelas sociais e do alívio da pobreza. Nesta direção, atribuí-se a instituição escolar a responsabilidade de disponibilizar e aplicar medidas¹³

¹¹ No Brasil entre alguns benefícios apresentados pelo Banco Mundial seria a média total de estudos (evasão), redução de repetência. Com relação à situação da nutrição, este diz haver “[...] um impacto relativamente baixo da pré-escola sobre a nutrição da criança” (BANCO MUNDIAL, 2001, p.xi).

¹² O Banco Mundial apresenta 4 pontos de distorções que impedem o desenvolvimento: 1) déficit educacional; 2) Desigualdade de renda e grande incidência da pobreza; 3) Baixos indicadores de saúde; 4) Desnutrição entre crianças (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 5).

¹³ No texto da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, LDB 9.394/96, no TÍTULO III – Do Direito à Educação e do Dever de Educar, fica definido no Art. 4º, alínea VIII: “atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material-didático, *transporte, alimentação e assistência à saúde*” (SAVIANI, 1998, p. 164), reiterando a Constituição Federal de 1988 em seu Artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] VII- atendimento ao educando, no ensino

emergenciais e paliativas (CAMPOS, 2008, p. 42) como forma de reparar e equalizar as condições sociais dos sujeitos que se encontram em situação de pobreza. Para o Banco Mundial, intervenções no desenvolvimento da infância possibilitariam que as crianças pobres frequentem a escola “[...] com uma base de desenvolvimento mais em equilíbrio com a de seus colegas mais ricos, quebrando assim o ciclo persistente de transferência de pobreza entre as gerações” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 9). Associa-se, desse modo, a educação da infância de forma direta e eficaz, no que tange à administração da pobreza. Com o discurso de equidade reforçam no campo educacional a idéia de ascensão social, de moralização e disciplinarização das classes pobres (CAMPOS, ROSÂNIA; CAMPOS, ROSELANE, s/d, p. 3). A pobreza é concebida como uma patologia, como “algo hereditário” e transmissível. Em outras palavras, um sujeito pobre tende a ter filhos pobres, já que esta é sua condição social. Portanto, nas proposições do Banco Mundial “[...] a pobreza não é tratada como um problema estrutural e conjuntural, mas sim como uma questão residual [...]” (CAMPOS, 2008, p. 14).

Podemos considerar que as ações direcionadas ao investimento em educação como forma de administrar a pobreza “[...] apenas com o único e legítimo objetivo de *corrigir* algum detalhe defeituoso da ordem estabelecida, de forma a manter-se as determinações estruturais fundamentais da sociedade como um todo intactas [...]” (MÉSZAROS, 2004, p. 2, grifo do autor). A criança pobre encontra-se inserida neste contexto de exclusão social, daí o interesse na indicação de proposições para a educação da infância, seria uma das formas de reduzir as carências sociais. Para o Banco Mundial o investimento no *capital humano*, portanto, consiste em formar trabalhadores capazes de gerar rendas e atuar no mercado como fornecedor de sua força de trabalho e como consumidor.

A interferência educacional na infância insere-se na lógica de aliviar a pobreza dos sujeitos. Pode-se afirmar que as proposições do Banco Mundial para a Educação¹⁴ Infantil refletem diretamente no processo de elaboração das políticas educacionais para a área. Para o Banco Mundial o ensino pré-escolar exerce impacto direto nos resultados educacionais. O Relatório 22841-BR (2001) evidencia que “Outro impacto notável é o efeito indireto sobre a capacidade futura de gerar renda, para a qual estima-se um aumento de 11% baseado em uma

fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, *transporte, alimentação e assistência à saúde*” (BRASIL, 1988, p. 149), elencando a escola também a função de direcionar cuidados para com a nutrição e saúde de seus educandos. Esclarecendo que, a Constituição Federal (1988) estabelece no Art. 212, § 4º, que os recursos financeiros para “Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde prevista no art. 208. VII serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários” (BRASIL, 1988, p. 149).

¹⁴ O Banco Mundial indica medidas para a correção de distorções nas problemáticas que, segundo ele, impedem o desenvolvimento. São elas: 1) educação; 2) Desigualdade de renda e grande incidência da pobreza; 3) Baixos indicadores de saúde; 4) Desnutrição entre crianças (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 5).

frequência de 2 anos de pré-escola” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 12). Para o Banco Mundial o desenvolvimento na infância situa-se como um apêndice para o rendimento educacional no que tange aos anos de escolarização, e também como ação preventiva no que se refere ao fracasso escolar e pessoal, já que afirma a possibilidade de maiores ganhos no futuro (DREWINSKI, 2001, p. 114).

Constata-se que “[...] O Banco Mundial é, de modo semelhante, capaz de usar a figura da criança inocente [...]” para fortalecer seu discurso ideológico, e desta forma “[...] evitam assumir o grande dano que as políticas neoliberais vêm impingindo às crianças pobres do mundo [...]”, reproduzindo, assim, os pressupostos americanos para a aceitação da “distorção” entre os ricos e os pobres (PENN, 2002, p.19-21).

Os objetivos do Banco Mundial visam garantir a propriedade e os direitos do mercado internacional com interesse em administrar o setor econômico e político. Objetiva, também, gerir os problemas provenientes de forma a proteger os Estados membros, caso haja ameaças ao mercado internacional, e assim lhes impõem proposições a serem seguidas. Desta forma, atua na lógica do capital com propostas para a educação que criam condições em que os sujeitos sejam incluídos nas relações de troca (MUCENIECKS, 2010; KRUPPA, 2010). Há preocupação por parte do Banco Mundial, de formular uma proposta de educação para a infância em escala global que atenda às *necessidades básicas*, com ênfase para o *capital humano*.

Em síntese, pode-se dizer que o Banco Mundial foi criado com objetivo de reconstruir o que a guerra havia destruído e com sua dinâmica estritamente econômica, inseriu-se na economia global a fim de promover a paz e a harmonia internacional direcionando investimentos aos países em desenvolvimento. A meta para a “salvação” dos países em desenvolvimento foi direcionar esforços para as *necessidades básicas humanas*, tida como fator principal para o alívio da condição de pobreza. A educação passou a ser considerada como instrumento primordial para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento econômico e social. As proposições do Banco Mundial para as políticas educacionais para a Educação Infantil enfatizaram que a infância é o momento ideal para iniciar um atendimento educacional que integre a população socialmente vulnerável à sociedade, reforçando a teoria do *capital humano*.

REFERÊNCIAS:

BANCO MUNDIAL. Documento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Brasil: Documento de País**. Julho de 2000.

_____. Relatório nº. 20475-BR. **O Combate à Pobreza no Brasil**: Relatório sobre Pobreza, com ênfase nas políticas voltadas para a Redução da Pobreza. Volume I. Departamento do Brasil – Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico. Região da América Latina e do Caribe. Washington, DC, 2001.

_____. Relatório nº. 22841-BR. **Brasil – Desenvolvimento na Primeira Infância**: Foco sobre o Impacto das Pré-Escolas. Departamento de Desenvolvimento Humano - Brasil – Unidade de Gerenciamento do País – Região da América Latina e Caribe – Documento do Banco Mundial. Washington, DC, 2001.

CAMPOS, Rosânia. **Educação Infantil e Organismos Internacionais**: Uma análise dos projetos em curso na América Latina e suas Repercussões no Contexto Nacional. Florianópolis-SC, 2008. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

CAMPOS, Rosânia; CAMPOS, Roselane Fátima. **A Educação das Famílias como Política Educacional**: uma análise do programa família brasileira fortalecida - GT: Educação de Crianças de 0 a 6 anos / n.07
Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT07-2677--Int.pdf>>.

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: DE TOMMASI, Livia; WARDE, Mirian Jorge; HADDAH, Sérgio (Organizadores). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. 5ª edição - São Paulo: Cortez, 2007.

DALE, Roger. **Globalização e educação**: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação”? Educação e Sociedade – Vol. 25, nº 87, páginas 423-460, Maio/Agosto, 2004. Disponível <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. Campinas-SP, 2005. Tese (Doutorado em Educação - Área de concentração: História, Filosofia e Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

DEITOS, Roberto Antonio. **Políticas públicas e educação**: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. Acta Scientiarum. Education. Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Gestão da educação brasileira. In: **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Dalila Andrade de Oliveira (Org.). 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis-RJ, 1997.

DREWINSKI, Jane Maria de Abreu. **Educação Infantil**: O direito negado nas políticas educacionais. Revista Guairacá, nº 17, p. 111-113, 2001. Disponível em <<http://www.unicentro.br/revistas/guairaca/17/artigo%207%20educa%E7%E3o%20infantil.pdf>>. Acesso em 17 ago. 2010.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. **O Banco Mundial e as Políticas Públicas de Educação nos anos 90**. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/24/t0511651397173.doc>>. Acesso em: 18 ago. 2010.

LEHER, Roberto. **Da Ideologia do Desenvolvimento à ideologia da globalização**: A Educação como Estratégia do Banco Mundial. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1998.

MARQUEZ, Christine Garrido. **O Banco Mundial e a Educação Infantil no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2006.

MÉZAROS, István. **A educação para além do capital**. Porto Alegre, RS, 2004. Disponível em <<http://resistir.info/>>.

MONLEVADE, João A.; SILVA, Maria Abádia. **Quem manda na educação do Brasil?** Idea Editora, Brasília, 2000.

MUCENIECKS, Rebeca Szczawlinska. **Uma análise sobre as orientações políticas do Banco Mundial para a educação brasileira**. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/rebecamuceniecks.pdf>>.

PENN, Helen. **Primeira Infância**: a visão do Banco Mundial. Cadernos de Pesquisa, n°. 115, p. 7-24. Março/ 2002. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n115/a01n115.pdf>>.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A Ideologia da pós modernidade e a política de gestão educacional brasileira**. Tese de Doutorado – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, SP: 2006.

ZANARDINI, Isaura Monica. **A Reforma do Estado e da educação no contexto da ideologia da Pós-Modernidade**. Revista Perspectiva, vol. 25, n. 1, p. 245-270. Jan/Jun. 2007. Disponível em <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 31 ago. 2010.

ZANARDINI, João Batista. **Ontologia e Avaliação da Educação Básica no Brasil (1990-2007)**. Tese de Doutorado. Florianópolis-SC: UFSC, 2008.